



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Síntese de Audiência

Dia: 25 de Outubro de 2011

Hora: 14h00

ENTIDADE: Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, representada pelos Senhores Ana Aivola e Alexandrino Saldanha

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 15/XII - *Procede à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública*

Recebidos pelos Senhores Deputados Paulo Batista Santos (PSD), Vice-presidente da Comissão, Isabel Santos (PS), Vera Rodrigues (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE)

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência durou cerca de 30 minutos, durante os quais os audientes expuseram as suas principais ideias acerca da Proposta de Lei (PPL) n.º 15/XII. Focaram, em especial, os pontos que fundamentavam a opinião contrária do Sindicato face à iniciativa em análise, reiterando os argumentos já aduzidos aquando do contributo entregue ao Governo na fase de elaboração da PPL, e que pode ser consultado no dossier da iniciativa, na página da Comissão no sítio da internet da Assembleia da República.

Em síntese, referiram-se ao facto do concurso não terminar com a seriação dos candidatos; à ponderação da entrevista de selecção; à admissão de trabalhadores sem vínculo aos concursos; à não atribuição de eficácia suspensiva às providências cautelares; ao facto de dever ser a DGAEP responsável pelos concursos e não uma



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Comissão de Recrutamento; e, por fim, ao facto da PPL não contribuir para a despartidarização dos cargos de direcção na Administração Pública.

Terminada a exposição inicial, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) partilhou das preocupações expressas pela Frente Comum quanto a um concurso sem seriação final.

Quanto ao senhor Deputado Jorge Machado (PCP), defendeu que o diploma em análise tinha de ser visto em conjunto com uma série de ataques reiterados à Administração Pública (AP), sendo insuficiente para a consecução dos objectivos declarados pelo Governo, no que concerne à despartidarização e transparência na selecção e provimento dos dirigentes da AP, tanto mais que deixava de fora do seu âmbito de aplicação importantes sectores como a saúde e a educação.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), foi no sentido de sublinhar que a iniciativa em análise visava a despartidarização e profissionalização dos dirigentes da Administração Pública, num processo ágil, transparente e autónomo. Recordou que o processo de discussão e votação que se iniciaria naquela tarde, incluía propostas de alteração do seu GP, em conjunto com o PSD, que pretendiam um aperfeiçoamento da iniciativa. Por fim, expressou opinião contrária à do Sindicato, no que concerne ao recrutamento de trabalhadores sem vínculo à AP, na medida em que estes podem trazer boas práticas do sector privado, que contribuam para uma prestação mais eficiente por parte da AP.

Seguiu-se a resposta do Frente Comum às intervenções dos Senhores Deputados, período durante o qual foram renovados os argumentos inicialmente aduzidos.

O Senhor Vice-presidente, Deputado Paulo Batista Santos, agradeceu o contributo da Frente Comum, e encerrou a audiência, explicando que seria elaborado um relatório de audiência que seria distribuído aos restantes membros da Comissão, que não haviam podido estar presentes, por sobreposição de trabalhos parlamentares.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Palácio de São Bento, em 25 de Outubro de 2011

O Vice - presidente da Comissão

(Paulo Batista Santos)